

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Titular/Responsável:

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Substituto:

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

() A) Sim. A serventia está provida.

() B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se consta da Lista Geral de Vacância publicada por meio do Aviso nº 47/CGJ/2015 e do Aviso publicado em janeiro de 2016. Caso a vacância não conste da Lista Geral, deve ser comunicada imediatamente à Corregedoria-Geral de Justiça pelo e-mail cafis@tjmg.jus.br, nos termos do artigo 27, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação dada pelo Provimento nº 276/CGJ/2014.

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça c/c art. 67, I e 69, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com redação dada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016? (

ATENÇÃO: Recomenda-se que esse livro seja previamente encadernado.)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, afixando, em local bem visível, na parte externa da Serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 46 do Provimento nº 260/CGJ/2013? Em caso de funcionamento em horário diverso do Provimento nº 260/CGJ/2013, há autorização do(a) Juiz(a) de Direito Diretor(a) do Foro através de Portaria, para o funcionamento de, no mínimo, 7 horas diárias?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) As Tabelas de emolumentos com os valores vigentes são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público (artigo 6º, § 3º, Lei nº 15.424/2004 e artigo 19, VII, do Provimento nº 260/CGJ/2013)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) Na serventia é observada, fielmente, a contagem e cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos de seu ofício?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/MG-SEF/MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'Extrato de GRCTJ Recolhidas por Período de Apuração / Somente TFJ', disponível no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) Foi constatada a ausência de recolhimento ou o recolhimento a menor da Taxa de Fiscalização Judiciária? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse o relatório 'TFJ Calculada, Declarada e Recolhida', disponível no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) É fornecido recibo circunstanciado constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE e o valor final ao usuário, arquivando-se a respectiva segunda via na Serventia, bem como é feita a cotação desses valores à margem do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005 c/c artigo 105 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) Os Selos de Fiscalização, livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) A ordem, segurança e cópias dos documentos formalizados são mantidos com a utilização de sistema de computação, microfilmagem, disco ótico ou outro meio de reprodução magnética?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) O atendimento às partes é feito com eficiência, urbanidade e presteza?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) É observado o atendimento prioritário às requisições de papéis, documentos ou informações solicitadas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para a defesa das pessoas jurídicas de direito público em Juízo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e todos os outros atos normativos que digam respeito a sua atividade?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) São observados os prazos legais fixados para a prática dos atos do seu ofício?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É encaminhada, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente ao da prática do ato, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto no artigo 9º, caput, da Portaria Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 03/2005? (para auxiliar a resposta a este quesito, acesse os relatórios 'Serventias sem DAP / relatório isolado' e 'Serventias com DAP atrasada', disponíveis no SISNOR)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente, consoante o disposto no artigo 198 da Lei nº 6.015/73 c/c artigos 124 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

18) Os documentos e livros são mantidos em bom estado de conservação, bem como sua escrituração satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc.)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

19) São observadas as disposições constantes da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº. 02/2005, relativas aos Selos de Fiscalização?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) É adotado livro ou sistema informatizado para controlar as requisições, os lotes recebidos e os selos de fiscalização utilizados, consoante o disposto no artigo 14 da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 002/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) O Livro A - Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o artigo 135 da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) Na escrituração do Livro "A" - Protocolo são observados todos os requisitos previstos artigo 146 da Lei nº. 6.015/1973 c/c o art. 364 do Provimento nº 260/CGJ/2013 (com a nova redação dada pelo Provimento nº 310/CGJ/2013)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

23) A escrituração do Livro A - Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no artigo 150, parágrafo único, e no artigo 154 da Lei nº. 6.015/1973, c/c artigo 373, § 1º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

24) Na escrituração dos livros é observado o disposto no artigo 152 da Lei nº. 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

25) É observado o prazo de 05 (cinco) dias para o fornecimento de certidão, consoante o disposto no artigo 19 da Lei nº. 6.015/1973 c/c artigo 378 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

26) São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

27) São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto no artigo 135, parágrafo único, c/c o artigo 149, ambos da Lei nº 6.015/73?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

28) O Livro B - para Trasladação Integral possui colunas destinadas a todas as declarações previstas no artigo 136 da Lei nº 6.015/1973 c/c o art. 365 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) O Livro C - para inscrição, por extração, possui colunas destinadas a todas as declarações previstas no artigo 137 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 366 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) É observado o artigo 358, § 1º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, constando a observação "Registro para conservação L. 6.015/1973, art. 127, VII", nos registros para fins de conservação, ou seja, que não produzem efeitos atribuídos a outros Ofícios de Registro, com orientação ao usuário nesse sentido?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

31) Em caso de resposta negativa ao item anterior, é encaminhada à Receita Federal a " Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (Em caso de resposta positiva ao item anterior, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

32) É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do artigo 1.150 do Código Civil?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos artigos 17 da Lei Federal nº 5.988/1973, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

34) São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no artigo 160, § 1º, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) Nas Cartas de Notificação são utilizados tantos selos de face PADRÃO quantos forem os atos praticados (registro, protocolo, intimação ou remessa de carta, por pessoa, e certidão, por pessoa), consoante o disposto no artigo 11, inciso V, alínea f, da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ /SEF-MG nº 02/2005 c/c o item 6 da Tabela 5, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro D - Indicador Pessoal (artigo 132, inciso IV, e artigo 138 da Lei nº 6.015/1973), que atualmente poderá ser escriturado em meio eletrônico, por meio de sistema que permita realizar cópias de segurança e confira maior agilidade às buscas, conforme artigo 367, § 1º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) Na escrituração do Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, são observados todos os requisitos previstos nos artigos 122, 123 e 126 da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no artigo 120 da Lei 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) É observado o disposto no artigo 106 do Provimento nº 260/CGJ/2013, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) O selo de fiscalização é utilizado na rigorosa sequência da numeração alfanumérica, conforme o disposto no artigo 10, inciso II, da Portaria-Conjunta TJMG/CGJ/SEF-MG nº 02/2005?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) É emitida uma única Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias (GRCTJ) para cada período a que se refere o caput do artigo 2º, abrangendo todos os atos praticados nesse período, fazendo constar a quantidade de cada tipo de ato notarial e de registro praticado no período, acompanhada dos respectivos códigos fiscais, consoante o disposto no artigo 4º, § 2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos dos artigos 34 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

43) São emitidos, impressos e arquivados na serventia os recibos de transmissão de dados relativos ao módulo "Receitas-Despesas", consoante o disposto no artigo 118 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a serventia esteja regularmente provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

44) Para os registros relativos à união estável é apresentada a escritura pública declaratória de união estável e observada a circunscrição do domicílio dos conviventes, consoante o disposto no artigo 359 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) Em relação às cooperativas é observado o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e a JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, divulgado por meio do Aviso nº 13/CGJ/2012?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) O Oficial se abstém de registrar sociedades cooperativas, orientando a parte interessada a proceder regularmente a esse registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, órgão competente para o ato, conforme disposto nos arts. 1.093 e 1.096 do Código Civil c/c art. 18, § 6º, da Lei 5.764/1971 e art. 32, inciso II, alínea a, da Lei 8.934/1994, bem como no Aviso nº 13/CGJ/2012?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) O Oficial comunicou à JUCEMG todos os eventuais registros de sociedades cooperativas existentes na serventia, em cumprimento ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e a JUCEMG - Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, divulgado por meio do Aviso nº 13/CGJ/2012? (ATENÇÃO: verificar comprovante de entrega. Caso não tenha sido realizada a comunicação, reiterar a orientação para fazê-lo no prazo de até 30 dias, com remessa do comprovante à Direção do Foro)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) O Oficial atualiza semestralmente, diretamente via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil

subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto no artigo 2º do Provimento nº 24, de 23 de outubro de 2012, da Corregedoria Nacional de Justiça e consoante das determinações contidas no artigo 120 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) A Serventia possui o Livro Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa, instituído pelo Provimento nº 34/CNJ/2013, cuja vigência se deu a partir de 12 de agosto de 2013 (conforme Provimento nº 35/CNJ/2013 c/c art. 67, II, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016), e sua escrituração obedece às normas prescritas no citado Provimento do CNJ e nos arts. 67 e seguintes do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com o Aviso 26/CGJ/2010 e Aviso 36/CGJ/2013 c/c arts. 32 e 33 do Provimento nº 260/CGJ/2013? (Caso a

serventia esteja regularmente provida ou, mesmo estando vaga, a renda líquida não exceder ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

51) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que, em sua fase inicial, deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) A cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelas cartas de notificação é feita de acordo com o item 6, alíneas "a", "b", "c", "d", da "Tabela 5" - "Atos do Oficial de Registro de Títulos e Documentos", do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, não

havendo cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelo ato de diligência previsto no item 5 da "Tabela 8" - "Atos Comuns a Registradores e Notários", do Anexo da citada Lei nas cartas de notificação?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) A cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelas certidões é feita de acordo com o item 8 da Tabela 5 - Atos do Oficial de Registro de Títulos e Documentos, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/2004, no Registro de Títulos e Documentos e de acordo com o item 5 da Tabela 6 - Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do Anexo da citada Lei, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) O(A) Oficial(a) se abstém de registrar testamentos particulares, em conformidade com a previsão do artigo 1.877 do Código Civil?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

55) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelos registros de declarações de bens para fins do que dispõe a Constituição Estadual do Estado de Minas Gerais em seu artigo 258 é feita de acordo com o item 5, alínea b, da Tabela 5 - Atos do Oficial de Registro de Títulos e Documentos, do Anexo da Lei Estadual nº 15.424/04?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

56) As notificações extrajudiciais são realizadas tão-somente no âmbito da Comarca, em obediência ao artigo 380, § 1º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

57) O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna que discrimine as atribuições de cada um dos escreventes designados e que contenha todos os demais requisitos contidos no art. 21, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 298/CGJ/2015?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

58) O Oficial encaminha cópia da Portaria Interna, por ofício, ao diretor do foro da comarca e à Corregedoria-Geral de Justiça, pelo Malote Digital, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da nomeação ou destituição, consoante o disposto no artigo 21, § 3º, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

59) O Oficial encaminha ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça as informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, nos moldes determinados pelo artigo 21, § 4º, do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 298/CGJ/2015?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

60) A serventia mantém arquivo de segurança dos documentos eletrônicos que integram o acervo do serviço notarial ou de registro, mediante backup em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil à sua preservação, consoante o disposto no artigo 65, § 1º, do Provimento n.º 260/CGJ/2013? (Caso a serventia não tenha adotado o sistema de escrituração eletrônica ou de registro eletrônico, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

61) O Oficial possui Livro de Controle de Depósito Prévio, consoante o disposto no art. 67, III e art. 70, ambos do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação determinada pelo Provimento nº 321, de 4 de maio de 2016?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

62) O Oficial acessa diariamente o Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que é o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos arts. 121 a 123 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

63) O Oficial se abstém de registrar penhor rural, industrial e comercial ou mercantil, consoante vedação disposta no artigo 358, § 2º, do Provimento nº 260/CGJ/2013 c/c os artigos 1.438 e 1.448 do Código Civil?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

64) É respeitado o prazo de 05 (cinco) dias para exame dos títulos ou documentos protocolados, consoante o disposto no artigo 377, caput, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

65) É respeitado o prazo para se efetivar o registro e devolvê-lo ao apresentante, que é no máximo de 15 (quinze) dias após o protocolo do título ou documento, ressalvada a necessidade de notificações, consoante o disposto no artigo 377, parágrafo único, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

66) As notificações são feitas pelo oficial de registro ou por auxiliares por ele indicados, com menção da data e da hora em que foram realizadas, consoante o disposto no artigo 380, caput , do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

67) É certificado regularmente, na via arquivada em cartório, o registro do documento apresentado, bem como são rubricadas as respectivas folhas pelo Oficial, consoante o disposto no artigo 121 da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

68) O Oficial mantém índice de prontuário de todos os registros e arquivamentos, no meio físico ou digital, a fim de facilitar a busca e a emissão de certidões, consoante o disposto no artigo 409 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

69) Para o registro de ato constitutivo de entidades com fins não econômicos, o Oficial exigiu a apresentação e o arquivamento dos documentos listados no artigo 412 do Provimento nº 260 /CGJ/2013, com a nova redação dada pelo Provimento nº 316, de 17 de fevereiro de 2016?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

70) Para o registro de ato constitutivo de entidades com fins não econômicos, os documentos referidos nos incisos I a V e no § 1º do artigo 412 do Provimento nº 260/CGJ/2013 são objeto de uma única averbação em separado, consoante determinação contida §2º do mesmo artigo (acrescentado pelo Provimento nº 316, de 17 de fevereiro de 2016)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

71) Para o registro dos atos constitutivos de fundações privadas e fundações públicas de natureza privada, o Oficial exige que toda a documentação contenha comprovação da anuência ou aprovação do Ministério Público, consoante determinação contida no artigo 414 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

72) Para a averbação de eleição de diretoria e outros órgãos de associações e demais entidades sem fins econômicos, o Oficial exigiu a apresentação e arquivamento dos documentos listados no artigo 416 do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação dada pelo Provimento nº 316, de 17 de fevereiro de 2016?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

73) Para a averbação de eleição de diretoria e outros órgãos de associações e demais entidades sem fins econômicos, os documentos referidos nos incisos I a V e no § 1º do artigo 416 do Provimento nº 260/CGJ/2013 são objeto de uma única averbação em separado, consoante determinação contida §2º do mesmo artigo (acrescentado pelo Provimento nº 316, de 17 de fevereiro de 2016)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

74) Para a averbação de alteração de estatuto e de aprovação ou alteração de regimento interno de associações e demais entidades sem fins econômicos, o Oficial exigiu os documentos listados no artigo 417 do Provimento nº 260/CGJ/2013, com a nova redação dada pelo Provimento nº 316, de 17 de fevereiro de 2016?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

75) Para a averbação de alteração de estatuto e de aprovação ou alteração de regimento interno de associações e demais entidades sem fins econômicos, os documentos referidos nos incisos I a IV do artigo 417 do Provimento nº 260/CGJ/2013 são objeto de uma única averbação em separado, consoante determinação contida §2º do mesmo artigo (acrescentado pelo Provimento nº 316, de 17 de fevereiro de 2016)?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

76) Para averbação de alterações relativas a fundações privadas e fundações públicas de natureza privada, o Oficial exige que toda a documentação contenha comprovação da anuência ou aprovação do Ministério Público, consoante determinação contida no artigo 418 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

77) A mudança de endereço, número de telefone, endereço de correspondência eletrônica (e-mail), sítio eletrônico ou outro meio de comunicação utilizado pela serventia foi imediatamente comunicada ao diretor do foro e à Corregedoria-Geral de Justiça, consoante o disposto no artigo 56 do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

78) Há na serventia o Livro C - para registro por resumo ou por extrato, consoante o disposto no artigo 132, inciso III, da Lei Federal nº 6.015/1973 c/c o artigo 362, inciso III, do Provimento nº 260/CGJ/2013?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

79) Desde o dia 1º de dezembro de 2014, a Taxa de Fiscalização Judiciária - TFJ é recolhida por meio da Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Judiciárias - GRCTJ, emitida no endereço eletrônico do TJMG (www.tjmg.jus.br), no menu "Cartórios Extrajudiciais" / "Serviços para os Cartórios" / "Recolhimento da TFJ - Emissão de GRCTJ", conforme Aviso nº 65/CGJ/2014 e art. 4º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG, com a redação atribuída pela Portaria Conjunta nº 014/2014/TJMG/CGJ/SEF-MG?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

80) Estão sendo recolhidas as contribuições sindicais compulsórias devidas ao(s) sindicato(s) a que a serventia é vinculada, consoante disposto no art. 8º, IV, da Constituição Federal?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

81) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

82) Quanto ao selo de fiscalização utilizado na serventia:

A) ainda não foi implantado o selo de fiscalização eletrônico (a serventia utiliza exclusivamente selo físico). Obs.: para esta hipótese SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo;

B) foi implantado o selo de fiscalização eletrônico, ainda na fase inicial de 'dupla selagem' (a serventia utiliza simultaneamente os selos físico e eletrônico), conforme Portaria

abaixo indicada (indicar, no campo observações, o número da portaria de implantação do selo de fiscalização eletrônico). Obs.: para esta hipótese SERÁ necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo;

() C) já foi efetivada a implantação definitiva do selo de fiscalização eletrônico (a serventia utiliza exclusivamente selo eletrônico, tendo sido recolhidos os selos físicos), conforme Portaria abaixo indicada (indicar, no campo observações, o número da portaria que efetivou a implantação definitiva do selo de fiscalização eletrônico). Obs.: para esta hipótese NÃO será necessário o preenchimento do quadro 'estoque dos selos na serventia' abaixo.

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

ESTOQUE DOS SELOS FÍSICOS NA SERVENTIA - REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS					
TIPO DE SELO	ESTOQUE INICIAL (copiar Estoque Final do relatório da correição anterior)	SELOS RECEBIDOS (conferir notas fiscais e DAPs desde a correição anterior)	SELOS UTILIZADOS (= Estoque Inicial + Selos Recebidos - Estoque Final)	ESTOQUE FINAL (quantidade de selos existentes na data da correição atual)	SÉRIE E NÚMERO DOS SELOS EM ESTOQUE
Padrão					
Isento					
Certidão					
Arquivamento					

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Para preenchimento, no quadro acima, da coluna 'SELOS RECEBIDOS', consulte o 'Relatório de Pedidos Entregues', disponível no menu 'Selo de Fiscalização Físico' do SISNOR.

2) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

3) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.